

O Grupo Escolar Barão de Maroim e a política educacional na primeira metade do século XX¹

Magno Francisco de Jesus Santos

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de compreender a trajetória do Grupo Escolar Barão de Maroim inserida na política educacional de Sergipe no decorrer da primeira metade do século XX (1917-1950). Este período foi marcado pela implantação de inúmeros grupos escolares no estado de Sergipe, pois os mesmos eram vistos como o modelo ideal de ensino primário.

Palavras-chave: História da Educação, Grupos Escolares, Política Educacional.

The Grupo Escolar Barão de Maroim and the Educational Political in the first half the XX Century

Abstract

The present article has the goal of comprehending the trajectory of the Grupo Escolar Barão de Maroim inserted in Sergipe's educational politics during the first half the XX century (1917-1950). This period was marked by the implantation of countless school groups in Sergipe's State, because the same were visas as the ideal model of primary teaching.

Keywords: History of the Education, School Groups, Educational Politics.

Nos últimos anos a historiografia educacional brasileira vem passando por inúmeras transformações. Estas ocorreram em parte devido às inovações oriundas do movimento dos *Annales* com a ampliação de fontes, de abordagens e problemáticas. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento desse campo de estudo foi a criação de novos cursos de pós-graduação no Brasil. A proliferação de trabalhos sobre história da educação levou a uma maior abrangência do campo de estudo, com a incorporação de novas categorias e abordagens, com a valorização dos esquecidos como o negro, a mulher, o índio e a criança (LOPES, 2001). Um problema comum dessa produção recente é a excessiva fragmentação temática, voltada para o regionalismo. Além disso, os pesquisadores fazem uma análise histórica como tentativa de buscar as origens dos problemas.

Um caso exemplar é o da produção acadêmica da pós-graduação em História da Educação da PUC de São Paulo, na segunda metade do século XX. Uma tendência dessa produção é de se estudar os períodos mais recentes, principalmente o período republicano. Quanto aos objetos, verifica-se que há um elevado número de trabalhos referentes a sujeitos isolados, em detrimento de correntes de pensamento. Isso dificultou ainda mais a compreensão teórica ou a possibilidade de formação de escolas nessa área. Já o recorte cronológico é feito de acordo com os parâmetros políticos, pois nem sempre a diversidade de publicações e fontes leva a uma ampliação dos paradigmas. Além disso, Bontempi Jr. (1995) também observa que até certo ponto há ausência de rigor quanto aos critérios científicos.

Em Sergipe, existem duas obras que refletem sobre a historiografia educacional sergipana. Ambas foram publicadas a partir do ano de 2002, demonstrando que a preocupação por tal temática em Sergipe é recente. A primeira é a de Nascimento (2003) e avalia a produção historiográfica educacional produzida em Sergipe entre os anos de 1916 e 2002. Uma característica da historiografia educacional sergipana na primeira metade do século XX foi a dispersão e escassez de obras do gênero (NASCIMENTO, 2003). Esta produção só cresceu significativamente a partir da década de 1980, com as obras de Maria Thetis Nunes

e a regulamentação das monografias de final de curso de História (1993) e Educação Física (1995), além da criação do mestrado em Educação. Foi essa expansão que possibilitou a ampliação das temáticas abordadas, com investigações sobre políticas educacionais, cotidiano escolar, bibliotecas e movimentos estudantis.

A segunda, análise desenvolvida por Fábio Alves dos Santos, tem como foco de análise a produção de monografias de final de curso do Departamento de História que versam sobre educação, produzidas entre 1996 e 2002. Entre as temáticas mais estudadas estão livros didáticos, bibliotecas, disciplinas escolares, políticas públicas, movimentos sociais e estudantis. Quanto à periodização, há uma concentração dos trabalhos que tratam sobre a educação na segunda metade do século XX, especialmente o período da ditadura militar. Entretanto, as monografias estudadas apresentam algumas deficiências apontadas por Santos (2002), como a exagerada ênfase no contexto em detrimento do objetivo, a ausência da crítica documental e o privilégio às fontes jornalísticas, tidas como a própria e verdadeira opinião da sociedade.

Esses trabalhos sobre a produção historiográfica educacional têm uma relevância primordial por evidenciar as transformações ocorridas no estilo, no objeto, na abordagem e na própria historiografia educacional. Todas essas transformações demonstram que a produção da história está em constante revisão, preenchendo as lacunas históricas e revendo as versões consagradas. Com isso, à luz da historiografia educacional, agora serão expostos alguns aspectos da educação brasileira durante a primeira metade do século XX, ou seja, nas primeiras décadas republicanas.

Durante o período imperial, a educação primária era realizada majoritariamente nas chamadas escolas isoladas. Estas predominavam desde a segunda metade do século XVIII, e foram implantadas visando substituir o ensino realizado pelos jesuítas. A educação do período monárquico era marcada pela dualidade, entre o ensino público de primeiras letras e as aulas particulares para a formação dos filhos da elite.

Um estudo primordial sobre a formação da elite política do Brasil Imperial é o de José Murilo de Carvalho (1996). É nesse trabalho que o autor aborda

sobre a relação entre elite e poder político, como também as formas de distribuição de forças no Brasil imperial e a centralização do poder. Além disso, o autor também expõe a trajetória e o processo de formação da elite intelectual. Essa elite brasileira pode ser vista, segundo o autor, como “uma ilha de letrados em meio a um oceano de analfabetos” (CARVALHO, 1996, p. 55). Inicialmente, ela era formada na Universidade de Coimbra, em Portugal. Enquanto os Habsburgo da Espanha tinham uma posição federalista (com 25 universidades nas colônias americanas), os Bourbon de Portugal tinham um caráter centralizador com apenas uma universidade para todo o Império colonial.

Somente com o processo de independência é que foram criadas as primeiras faculdades no Brasil, seguindo os padrões da Universidade de Coimbra. Essa centralização proporcionou uma maior homogeneização da elite imperial brasileira em relação à elite dos demais países americanos.

Nas últimas décadas do século XIX, o Brasil passou por diversas transformações sócio-culturais e políticas, como a abolição da escravidão, a implantação do republicanismo e a Guerra de Canudos. Após a Proclamação da República, o Estado brasileiro buscou um meio de se fortalecer e consolidar o regime recém-implantado. Daí emergiu a necessidade de fazer do Brasil uma nação, formada por cidadãos patriotas, civilizados e, principalmente, adeptos à ordem. Ocorreram inúmeros embates entre as principais correntes republicanas da época sobre a forma de governo e a adoção dos símbolos nacionais. Entre as correntes políticas, destacaram-se a dos florianistas, dos jacobinos, americanistas (liberais) e positivistas. As propostas dos positivistas só obtiveram maior êxito na esfera simbólica. Os republicanos buscavam um meio de garantir a estabilidade política e de legitimar o novo regime na sociedade. Entre os principais instrumentos utilizados, estavam a força policial e o imaginário.

Um dos principais estudiosos desse imaginário é José Murilo de Carvalho (1990), que analisa os diversos símbolos criados pelos republicanos com a finalidade de fortalecer o regime e de criar uma identidade nacional. Esta busca pela legitimação fez com que se

enfatassem ícones como a bandeira e o hino nacional e o herói Tiradentes.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Corrêa reflete a respeito da construção da identidade, nos períodos republicano, a partir da mitificação de Tiradentes e Carlos Gomes. A autora traça um panorama da configuração da nova ordem social e busca as influências do positivismo e do romantismo na construção do sentido “nacional”. Criam-se, então, os mitos do herói martirizado e da morte do mestre da música nacional admirado por uma legião de estrangeiros. É dessa forma que, para a autora, o mito criado se configura como legitimador das hierarquias sociais, a partir do momento em que “figuras reais tinham suas trajetórias manipuladas pela ideologia dominante” (CORRÊA, 2000, p. 120).

Além da legitimação do regime, os republicanos também almejavam banir as grandes tensões sociais e “abrasileirar” os estrangeiros (vistos como difusores dos ideais anarquistas). Buscava-se então, a homogeneização cultural do povo brasileiro. O meio encontrado para solucionar tal situação foi a educação popular. Esta passou a ser vista como a solução dos principais problemas que afetavam o Brasil, uma vez que era vista como o veículo que iria conduzir o país para a civilização.

Um trabalho fundamental na compreensão da educação nos primeiros anos republicanos é o de Jorge Nagle (2001). Neste estudo, o autor analisa os diversos setores da sociedade brasileira e as principais correntes ideológicas da primeira metade do século XX. No entanto, o aspecto mais importante de sua obra é a construção de duas categorias de análise: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Para Nagle, os educadores da década de 1920 viam a educação como um meio de acelerar o processo civilizatório. Assim, a educação popular passaria a ser um dever primordial dos republicanos, na difusão do princípio democrático. Através de regulamentos de diversos Estados, Nagle analisa as principais reformas educacionais dos anos 20, como a de São Paulo, do Ceará e da Bahia.

Nas primeiras décadas republicanas, a educação tornou-se definitivamente um eficiente veículo de propaganda estatal. No imaginário republicano, a esco-

la representava o signo da instauração da nova ordem, tendo em vista que ela era a principal arma na luta pela superação dos entraves da marcha civilizatória. Foi a partir da instauração da ordem republicana que ocorreu a redefinição do estatuto da escola, ou seja, a escola se configura com feição de instituição, tornando-se um lugar identificável.

Este processo de redefinição da escola é o objeto de estudo de Carvalho (1989) que, seguindo a linha de pensamento de Nagle, vê a educação da década de 1920 como um instrumento de “regeneração” da população brasileira, visando torná-la saudável, produtiva e disciplinada. A educação, dentro do imaginário da época, passa a ser a causa cívica de redenção nacional, haja vista que seria um meio de fixar o homem do campo, conter o fluxo migratório e utilizar a produção rural. Além disso, era preciso também homogeneizar a população por meio da miscigenação e da educação, tendo em vista que o elemento estrangeiro consistia em uma ameaça ao caráter nacional. Era preciso disciplinar e hierarquizar os papéis sociais. Nesta acepção, as medidas tomadas visavam atenuar os conflitos de classe e aumentar a produtividade, a partir de intervenções nos campos da saúde e da moral.

Nesse panorama, as escolas normais assumem um papel de relevância primordial, pois eram nessas instituições que se difundiam os novos preceitos pedagógicos, com a formação das professoras que atuavam nos modernos grupos escolares. Um dos principais trabalhos acerca dessa temática é o de Camargo (2000), que busca compreender o cotidiano do Instituto Joaquim Ribeiro, da cidade de São Carlos, em São Paulo. Para isso, a autora utiliza fontes de diversas naturezas como diários, cadernos, desenhos e fotografias de ex-alunos. Ela elabora um histórico da instituição, contemplando as principais modificações ocorridas desde a sua fundação. Ela também enfatiza as principais diferenças entre os alunos dos cursos normal e ginásial. O primeiro, voltado para a formação de professoras, era fortemente influenciado pelas novas metodologias, além das disciplinas voltadas para o lar, enquanto o curso ginásial era adepto da pedagogia tradicional. Nessa análise, a autora busca também compreender o cotidiano escolar, através dos relatos dos diários de ex-alunos. Além disso, são

enfáticas as práticas escolares, os métodos de ensino, as festas cívicas e de formatura, as competições esportivas os jornais, o civismo e a moral pregada pelos professores.

Em Sergipe, essa temática foi abordada por Valença (2002), que analisa o processo de educação da mulher e o papel da Escola Normal no período compreendido entre 1887 e 1930. A autora mostra que, ainda no século XIX, foi organizado um plano educacional voltado para a criação de uma escola direcionada para a diplomação de professores do ensino primário. A primeira Escola Normal feminina de Sergipe foi criada justamente no período em que estava ocorrendo o processo de feminização do magistério. O magistério, durante as primeiras décadas do século XX, representou para a mulher aracajuana, “uma oportunidade de ascensão do ambiente doméstico para a independência econômica e social” (VALENÇA, 2002, p. 26).

É nesse período que se propaga a homogeneização dos programas curriculares e que se difundem, com maior intensidade, os livros didáticos. Alguns autores tornaram-se obrigatórios nas instituições de ensino, construindo a imagem do “herói-escritor”. A construção de mitos heroizantes era comum nas primeiras décadas republicanas e ocorria em diversos patamares da sociedade e da cultura, inclusive com os autores. Entre aos autores mais prestigiados nessa época, Barbosa destaca Rui Barbosa e Olavo Bilac, que abordavam em suas obras temas sobre os valores cívicos, educação, saúde e força. No entanto, é necessário ressaltar que, muitas vezes, esses autores eram famosos, mas não tinham suas obras lidas.

No bojo das inovações republicanas estão os grupos escolares. Esse tipo de instituição foi implantado de forma pioneira no estado de São Paulo, ainda na década de 1890. O modelo educacional dotado já vinha sendo desenvolvido em países como Inglaterra, Espanha, Bélgica e Estados Unidos desde meados do século XIX. Em São Paulo, os grupos foram criados nos centros mais populosos, visando atender às vagas. Um trabalho primordial sobre a implantação dos primeiros grupos escolares paulistas é o de Souza (1998). Nesta obra, a autora vê a instalação dos grupos como um meio de construir uma identidade naci-

onal, pois ao passo que difundissem o ensino primário, ampliariam a democracia. Esses grupos serviam como modelo para a proliferação dessas instituições pelos demais estados. A implantação de grupos escolares visava romper com a idéia de descentralização do ensino, que permeava a educação do período imperial. Os grupos adquiriram o status de ter a “missão civilizadora”, para regenerar a massa concentrada nas cidades, além de homogeneizar a população. Já a identidade escolar foi formada com a construção de prédios específicos e imponentes.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Azevedo (2003) analisa o processo de criação dos grupos escolares na cidade de Aracaju durante a primeira república. A ênfase da análise recai sobre as práticas pedagógicas, os rituais escolares, as festas e as caixas escolares. Além do mais, é observada a política de criação dos grupos em Sergipe e a influência exercida por políticos e higienistas. Também é ressaltada a imponência arquitetônica dos grupos, interpretado pela autora como sendo um meio de consolidar o regime republicano e de propagar o processo civilizatório da nação.

Nas cidades republicanas, foram edificados templos e monumentos com o objetivo de perpetuarem idéias e valores. Cria-se, então, um misto de fascínio e medo. É a emergência da educação estética voltada para as camadas populares. Essa temática vem sendo consideravelmente estudada pela historiografia educacional brasileira. Entre os trabalhos de destaque, está o de Veiga (2003) que avalia a divulgação da emoção estética, das festas cívicas e escolares, além da visibilidade da modernidade republicana. Para a autora, as constantes reformas urbanas e escolares na República Velha objetivavam intervir na sociedade, combatendo os maus costumes e grosserias, ao mesmo tempo, provocando o fascínio pelo belo, pelos bons costumes e pelo patriotismo. A cidade, aos poucos, tornava-se local de trabalho e culto à pátria, comunhão cívica e estima ao belo, à harmonia e à ordem. O progresso seria implementado através de ações sanitárias e higienistas. Na visão positivista, a cidade é exposta não só como um meio físico, mas também moral e possível de transformações através de um processo civilizatório, “reformando o povo”. As-

sim, torna-se necessário “criar um novo espaço e um novo povo” (VEIGA, 2003, p. 403).

A autora também apresenta outro viés sobre o papel da educação. Para Veiga, educar “é vigiar, apagar velhos hábitos e a república brasileira buscou criar e fortalecer uma unidade, nacional, compartilhando uma história e uma cultura” (VEIGA, 2003, p. 404). A vigilância é um aspecto de relevância primordial nos primeiros grupos escolares brasileiros. Estas primeiras instituições de ensino primário podem ser vistas de dois ângulos distintos: no primeiro, a vigilância sob o ângulo interno, buscando manter a rigidez e a ordem entre os alunos e que se projetaria por toda a sociedade. No âmbito externo, os grupos escolares eram caracterizados pela exibição, denotando o seu sentido de veículo de propaganda. Erguer monumentos, palácios escolares fazia parte do cotidiano das cidades nas primeiras décadas do século XX, mesmo tendo boa parte da população fora deles. A educação tornou-se então, “símbolo da república com sua capacidade de regenerar, moralizar, disciplinar e unificar as diferenças” (VEIGA, 2003, p. 405). No pensamento da época, era preciso fazer contemplar a beleza urbana, os edifícios, os jardins, as salas de aula, as festas cívicas e escolares, pois a civilidade não chegaria sem a educação estética. A educação seria propiciada tanto por meio dos cantos, danças, festas cívicas e trabalhos manuais, como também pelo estilo neoclássico das grandes edificações escolares. É assim que a arquitetura vai consolidando-se como possibilidade de emoção estética, ao unir o belo ao útil.

Além disso, a escola passa por um processo de legitimação, com a criação de festas, avaliações públicas e formaturas, visando consolidar um novo modelo a partir da maior visibilidade social. Um trabalho importante sobre essas práticas simbólicas de cunho cívico é o de Souza (2000). Nesta obra, a autora explicita o modo pelo qual a escola se exhibe para a sociedade, tornando público o sucesso escolar. Até meados da década de 1910, as avaliações de final de ano e as formaturas eram eventos públicos, mobilizando autoridades de diversos níveis e exibindo a capacidade do aluno e da escola. Esse foi um dos meios encontrados de reafirmar a identidade escolar. Outro elemento que ganha projeção nessa época é o diplo-

ma, tendo em vista que, ao mesmo tempo, legitimava e diferenciava. A articulação do universo simbólico propiciaria a legitimação do sistema público. Através da exibição, buscava-se assegurar coesão social, era preciso comemorar para não esquecer, construindo a memória nacional.

Foi na década de 1920, que um grupo de intelectuais começou a questionar o modelo educacional vigente no Brasil. Tais estudiosos, chamados de “Pioneiros da Educação”, realizaram inúmeras pesquisas a respeito da educação brasileira, além de terem tentado realizar reformas nessa área nos estados onde atuavam. Entre as pesquisas empreendidas pelos pioneiros, destaca-se a de Azevedo (1976). É nesta obra que o autor aborda o sentido da educação nacional, estudando sobre os padres jesuítas no ensino do Brasil Colonial. Neste período, os colégios e seminários jesuíticos foram os grandes focos de irradiação cultural. Isso foi sentido, segundo o autor, com a expulsão dos inacianos, o que provocou a desestruturação e a decadência da educação. Azevedo também destaca o papel do Colégio Pedro II.

Como se pôde observar, os pioneiros da educação ou escolanovistas, não só tentaram reformar o sistema educacional brasileiro, como também foram responsáveis por valiosas reflexões a respeito da instrução nacional. É importante frisar que esses intelectuais não constituíam um grupo homogêneo, tendo em vista que eles seguiam tendências distintas e até mesmo antagônicas. Este campo é um dos mais privilegiados pela historiografia educacional brasileira, destacando-se inúmeros trabalhos. Entre os autores mais estudados estão Anísio Teixeira, Almeida Júnior, Lourenço Filho, Paschoal Lemme e Fernando de Azevedo.

Este foi estudado por Toledo (1995), que tem como objeto a obra “A Cultura Brasileira”. A autora analisa a obra contextualizando as transformações ocorridas na educação do país entre os anos de 1930 e 1950. Ela ainda traça uma biografia da vida política de Azevedo, ressaltando a convivência com os demais pioneiros. Azevedo via a educação como um meio de imprimir uma direção na vida nacional, ou seja, a educação era vista como um instrumento civilizatório. Além disso, ele buscava no passado as causas dos problemas do presente.

Já Nunes (2000) estuda as mudanças na educação promovidas por Anísio Teixeira. As escolas deveriam ser limpas, agradáveis, seguras, confortáveis, bem cuidadas e com bom salário para os professores. Teixeira lutou pela criação de cursos de pós-graduação em educação e pela obrigatoriedade e democratização do ensino e da frequência escolar. Ele lutou também pela criação de escolas rurais.

Nestas obras, percebe-se que, na primeira metade do século XX, aumentou visivelmente a preocupação pela difusão do ensino popular. Esta difusão podia ser representada por dois tipos de instituições de ensino primário: o grupo escolar e a escola rural. A primeira era destinada ao aluno urbano, visando homogeneizar a população através de uma cultura patriótica, cívica. A segunda era destinada ao alunado rural, em uma tentativa de barrar o crescente êxodo rural. A escola rural constituía um meio de fixar o homem no campo e foi defendida por uma parcela relevante dos escolanovistas.

Um dos principais opositores do ensino rural foi Paschoal Lemme que, da mesma forma que Fernando de Azevedo, via a educação como um instrumento de transformação social e não de segregação. Lemme foi um pioneiro que se aproximou da literatura marxista, chegando a ser preso e acusado de propagar idéias comunistas. Ele pensava a educação referente às classes sociais, enquanto os seus companheiros referiam-se a indivíduos e a nação (BRANDÃO, 1999).

Outro estudo relevante sobre os pioneiros da educação é o de Gandini (1995). A autora tem como objeto de estudo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos entre os anos de 1944 e 1952. Ela busca entender a perspectiva de alguns intelectuais escolanovistas como Lourenço Filho e Almeida Júnior em relação ao Estado. A revista foi criada com o intuito de situar a educação no âmbito da reconstrução do país, divulgando doutrinas antimarxistas. Nesse período houve um choque de idéias entre os escolanovistas liberais e os conservadores do Estado apoiados pela Igreja Católica. Deve-se ressaltar o caráter normativo e de formação de opinião da revista, pois eram publicados artigos, editoriais, legislação e documentação educacional. A maioria dos artigos e editoriais foi escrita por funcionários do Estado e por professores uni-

versitários, destacando-se Lourenço Filho com 26 trabalhos e Almeida Júnior com 11. Apesar do choque de idéias, prevaleceu o pensamento do ministro Capanema, que era tecnicista e centralizador.

Nos anos de 1920, ocorre a disseminação dos valores e normas sociais para atender crianças. A criança passa a ter o papel central na educação e aumentam as discussões entre educadores sobre as normas higiênicas, a disciplinarização dos corpos e gestos dos alunos, a cientificidade à escolarização e a exaltação do método intuitivo. É enfatizada a escrita vertical e por tração, visando a velocidade, legibilidade e adequação aos trabalhos escolares. Já a leitura deveria ser silenciosa, para possibilitar o maior acúmulo de informações.

Partindo dessas reflexões sobre a educação brasileira na primeira metade do século XX, fica evidente a proposta escolanovista com caráter renovador e reformista, visando nacionalizar (através do ensino de moral e cívica) e integrar (principalmente os estrangeiros). A repercussão desse movimento pode ser sentida pelas reformas educacionais aplicadas nos estados de São Paulo, Ceará e Bahia. A educação adquire contornos de instrumento homogeneizador, na formação de homens de bom caráter. O grupo torna-se o modelo ideal de organização da restauração da instrução pública, além de demonstrar a modernização e o progresso da educação e da localidade onde era instalado.

Sendo um dos mais importantes dentre os símbolos educacionais dos primeiros anos republicanos, os primeiros grupos eram distinguidos por sua monumentalidade. Os grupos escolares eram instituições que deveriam não ser somente vistas, mas também admiradas. Neste cerne, insere-se o Grupo Escolar Barão de Maroim, construído em Aracaju na década de 1910.

1-A trajetória educacional do Grupo Escolar Barão de Maroim

O Grupo Escolar Barão de Maroim foi criado no segundo governo do general Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, durante a segunda metade da década de 1910. Esta instituição de ensino primário foi

edificada sobre as ruínas do antigo *Asylo Nossa Senhora da Pureza*, que funcionou em Aracaju na segunda metade do século XIX. Embora haja uma certa distância temporal entre ambas as instituições, as atividades nos primeiros anos do Grupo Barão de Maroim podem ser explicadas através da finalidade pela qual foi criado o asilo. Com isso, torna-se necessário esboçar alguns aspectos da trajetória do *Asylo Nossa Senhora da Pureza*.

No início da década de 1870, um grupo de homens liderados por João Gomes de Mello, o Barão de Maroim, teve a idéia de fundar um orfanato destinado a meninas órfãs desvalidas. O Barão de Maroim doou ao patrimônio do asilo o terreno da Marinha do qual era foreiro. Este terreno estava ocupado não só pelo edifício da Marinha, mas também pela Estação da Estrada de Ferro. O terreno localizava-se na avenida Barão do Rio Branco, no bairro Presidente Barbosa (atual bairro São José).

A idéia das personalidades sergipanas ganhou espaço e foi discutida durante algum tempo. Somente em 1874 foi aprovada a fundação do asilo, com a resolução nº 979, de dois de maio. Assim, o então presidente da província, Antônio dos Passos Miranda criou o *Asylo Nossa Senhora da Pureza* e aprovou o regulamento, no dia 08 de julho de 1874.

A criação do *Asylo Nossa Senhora da Pureza* não deve ser vista como um episódio isolado, uma vez que, no decorrer do século XIX, foram criadas em Aracaju diversas instituições escolares visando capacitar a população carente para que gerasse o seu próprio sustento. Assim, os homens livres pobres deveriam ser preparados para trabalhar como agricultores, mecânicos, pedreiros, carpinteiros ou barbeiros. Enquanto isso, as mulheres do mesmo segmento social deveriam aprender a coser, lavar, engomar, fazer flores, cuidar de animais domésticos e hortas. Dessa forma, as mulheres se preparavam para tornarem-se boas empregadas e, se tivessem sorte, “boas esposas”. Entre as primeiras escolas criadas para atender aos pobres, destacaram-se o Colégio de Artes Mecânicas (1838), a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe (1868) e o *Asylo Nossa Senhora da Pureza* (1874), único destinado ao sexo feminino.

O asilo deveria atender a meninas órfãs desvalidas, menores de treze anos, como determinava o regulamento da instituição. Segundo o mesmo regulamento, o asilo deveria ser mantido com verbas do governo provincial. No entanto, apesar do empenho dos fundadores, o asilo não obteve muito sucesso, devido aos recursos escassos destinados ao mesmo. Com isso, a sua extinção foi decretada pela resolução 1341, de 31 de agosto de 1888. Através dessa resolução, ficou determinado que o estabelecimento não poderia receber novas internas e que o mesmo seria extinto quando as órfãs internas completassem 13 anos, idade estabelecida pelo regulamento de 1874 para a saída das asiladas.

Três anos depois, com o decreto nº 02, de 13 de julho de 1891, o asilo foi definitivamente extinto. Naquela ocasião, nele só existiam três asiladas e todas com mais de treze anos. Com a extinção, a construção ficou abandonada durante três décadas, até a edificação do Grupo Escolar Barão de Maroim.

2 – A Construção e a inauguração do grupo

Os primeiros grupos escolares de Sergipe foram criados no governo de Siqueira de Menezes. O primeiro foi o Modelo, inaugurado em 1911, anexo à Escola Normal. O segundo, denominado Grupo Central, foi criado em 1914, durante o último ano do governo Menezes. Este grupo, depois, recebeu o nome do General Siqueira, em homenagem ao fundador.

O terceiro grupo construído foi o Barão de Maroim, no governo do general Oliveira Valladão. Este governo foi marcado por ter dado um maior impulso à construção de grupos escolares, como o Barão de Maroim (1917), o General Valadão (1918) e o Coelho e Campos, este na cidade de Capela (1918). O último se destacou por ter sido o primeiro grupo escolar fundado no interior do Estado e foi instalado no sobrado doado pelo senador Coelho e Campos, patrono do mesmo. No início do século XX, era prática corrente homenagear na nomenclatura dos grupos os doadores dos terrenos, como ocorreu com o Grupo Coelho e Campos e com o Barão de Maroim. Essa prática visava incentivar o aumento das contribuições particulares à expansão do ensino primário, como também construir

uma memória das lideranças políticas locais. Os grupos escolares não serviam de propaganda somente do Estado Republicano, mas também de lideranças particulares ligadas ao mesmo.

Em 1916, foram iniciadas as obras do novo grupo sobre as ruínas do Asylo Nossa Senhora da Pureza. O responsável pela obra foi o engenheiro Firmo Freire, que aproveitou os antigos alicerces para definir um novo traçado, como ficou explicitado em seu pronunciamento durante a inauguração do grupo, ao dizer que “aproveitando os antigos alicerces, procurei dar a visão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares” (FREIRE, 1917).

O novo prédio foi planejado respeitando os padrões pedagógicos da época. Por isso, a estrutura do asilo foi adaptada. A adaptação foi necessária para atender às exigências pedagógicas, como também para promover o embelezamento, com base nas novas tendências arquitetônicas. A adaptação da antiga estrutura do asilo foi também enfatizada no pronunciamento do general Valladão:

Como attestados dos ingentes esforços d'aquelle punhado de homens irmanados para levarem a efeito tão humanitaria instituição, ficaram os sólidos alicerces de edificio projectado para Asylo com esse arcaboço de parede que a população de Aracaju por longos annos contemplou erecto, inabalável, resistindo valentemente a acção destruidora das intemperies. É sobre esses alicerces que assenta o Grupo Escolar Barão de Maroim, em que ora nos achamos e é também esse arcaboço de parede a quem me referi que, convenientemente modificado, constitui a sua graciosa fachada (VALLADÃO, 1917).

Durante a construção do grupo, eram publicadas, mensalmente, na imprensa local, notas prestando conta dos gastos resultantes da construção. Inicialmente, a inauguração estava marcada para o dia 18 de março de 1917, dentro das comemorações da mudança da capital. Naquele ano, as festividades foram organizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de

Sergipe e incluíram em sua programação a inauguração do monumento Ignácio Barbosa e a transladação dos restos mortais do fundador de Aracaju para o monumento. O evento contou ainda com a participação de convidados especiais, como o Barão Homem de Mello, além de diversas competições esportivas.

No entanto, as obras do grupo não foram concluídas dentro do prazo esperado e a inauguração teve que ser adiada, sendo desvinculada das festas do Monumento a Ignácio Barbosa. Com isso, a nova data de inauguração foi marcada para o dia 08 de julho, dia da emancipação política de Sergipe. Isso reforça a tese de que havia a tentativa de vincular as inaugurações dos grupos escolares com as datas cívicas. Esse era mais um meio de aproximar esse tipo de evento de uma solenidade oficial e patriótica. Por isso, os primeiros grupos escolares sergipanos foram inaugurados em datas cívicas.

Em junho do mesmo, foram realizados os últimos ajustes na obra e instalado o mobiliário, importado dos Estados Unidos. Através da imprensa foi divulgado um boletim com os gastos da construção. A obra custou 99:104\$347 réis aos cofres do governo, assim discriminados:

QUADRO I:

Gastos Realizados com a Construção do Grupo Escolar Barão de Maroim

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
- Indenização aos herdeiros de Gomersindo Bessa	1:100\$000
- Construções de muros	1:100\$966
- Construção do edifício	93:843\$096
- Instalação da água	902\$710
- Instalação de esgotos	1:840\$450
- Almojarifado	317\$125
Total	99:104\$347

Fonte: Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo presidente de Sergipe, no dia 07/07/1917. Estado de Sergipe. 15/09/1917, nº 5283.

Durante a semana da inauguração do Grupo Barão de Maroim, os jornais aracajuanos anunciavam o evento, criando a expectativa de que fosse uma solenidade grandiosa. A grandiosidade do evento se devia

ao seu caráter oficial, pois além de ser realizado na data de uma comemoração cívica, participariam da festa as principais autoridades de Sergipe. Os jornais eram enfáticos quanto à pomposidade da inauguração: “As doze horas de hoje será inaugurado conforme já anunciamos, o bello edificio onde vai funcionar o Grupo Escolar Barão de Maroim. Pelo Programa confeccionado, as festas a se realizarem promettem ser magníficas” (ESTADO DE SERGIPE, 1917).

Foram convidadas para inauguração as principais lideranças políticas e religiosas de Aracaju, além da imprensa. Isso demonstra a relevância de solenidades desse tipo na sociedade daquele período. Todos ressaltavam a imponência do prédio, que obedecia aos novos preceitos pedagógicos. O evento começou ao meio dia, contando com a participação de alunos da Escola Normal e do bispo diocesano D. José Thomaz, que abençoou o prédio. Tais presenças têm um grande peso simbólico, uma vez que as alunas da Escola Normal representavam o modelo ideal de professoras que deveriam atuar nos grupos. Já a presença do bispo, além de demonstrar a relação Estado/Igreja, dava também ao evento um caráter religioso sacro. Este aspecto seria muito utilizado na construção de uma nova imagem para os grupos, ou seja, na definição de sua identidade.

Discursaram durante a solenidade de inauguração, o engenheiro Firmo Freire e o presidente Oliveira Valladão. Nestes discursos, a educação foi mostrada como um meio de construir a nacionalidade e de formar o sentimento patriótico dos alunos. Outro aspecto observado foi o culto aos grandes homens da nação. Para Firmo Freire, o sentimento patriótico deveria ser construído com a valorização dos heróis e da bandeira nacional. Essa preocupação com o culto aos heróis e símbolos nacionais pode ser vista como mais um artifício para consolidar o regime republicano. Isso porque os heróis cultuados eram quase todos ligados ao ideal republicano. A memória do país estava em reconstrução, era preciso lembrar, cultivar os heróis em todos os cômodos e repartições dos prédios públicos. Todas as salas deveriam ser aproveitadas para homenagear as personalidades sergipanas, ou seja, todos os cômodos de um grupo escolar eram lugares de memória, partes de um monumento.

No Grupo Escolar Barão de Maroim, a memória de personalidades locais foi preservada na nomenclatura de suas salas de aula. Essa prática foi recorrente na Aracaju das primeiras décadas republicanas, uma vez que a maioria dos grupos homenageava as lideranças de Sergipe. Os homenageados pelo Grupo Barão de Maroim foram Felisbello Freire, Geminiano Paes, Oliveira Ribeiro, Monteiro de Almeida, Possidônia Bragança e Gumersindo Bessa.

É necessário expôr alguns dados biográficos dos homenageados. Felisbello Freire foi o primeiro presidente do Estado de Sergipe, entre 1889 e 1890, além de ter exercido o cargo de deputado por diversos mandatos. Morreu no ano anterior ao da inauguração do grupo, no dia 07 de maio de 1916 (GUARANÁ, 1925, p. 104). Ele era considerado um dos maiores intelectuais do início do século XX, publicando importantes obras como *História de Sergipe*, em 1891. Além disso, foi um importante líder do movimento republicano.

Geminiano Paes (1837-1915) foi professor de Francês do Colégio Atheneu Sergipense, entre 1871 e 1909, onde também foi diretor entre 1898 e 1901 (GUARANÁ, 1925, p. 23-26). Já Francisco Monteiro de Almeida, na época da construção do grupo, era secretário geral do governo, ou seja, estava ligado diretamente ao presidente de Sergipe, o general Oliveira Valladão. Gumersindo Bessa nasceu em Estância em 1859 e faleceu em 1913, no município de Nossa Senhora do Socorro. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife e tornou-se um dos intelectuais sergipanos mais respeitados no início do século XX, além de ter exercido os cargos de deputado estadual e federal (GUARANÁ, 1925, p. 112-114). Possidônia Bragança, única mulher homenageada, foi fundadora e professora do Colégio Nossa Senhora Sant'Anna em Laranjeiras, a partir do ano de 1848. Também atuou como diretora da referida instituição até 1889, quando a transferiu para Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (FREITAS, 2002, p. 45-65). Infelizmente não foi possível distinguir qual das pessoas com o sobrenome Oliveira Ribeiro foi homenageada, tendo em vista que foram encontradas, no *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*, pelo menos sete pessoas com o mesmo sobrenome. Já a documentação referente à no-

menclatura da referida sala do grupo também não identifica claramente quem teria sido homenageado.

A partir dos dados observados, percebe-se que a maioria dos homenageados na nomenclatura das salas do Grupo Escolar Barão de Maroim estava ligada à política. Incluindo o patrono do grupo, quatro deles exerceram algum cargo político, enquanto somente dois estavam diretamente ligados ao magistério. Isso demonstra que a preocupação dos primeiros anos republicanos era construir e preservar a memória de personalidades do novo regime, mesmo que estas não estivessem vinculadas à instrução pública.

3- A política educacional de Sergipe na primeira metade do século XX

Até 1911, o ensino público de primeiras letras em Sergipe era realizado exclusivamente nas escolas isoladas. As aulas ministradas nessas escolas eram multiseriadas, com uma professora para lecionar alunos de séries variadas. Além disso, a improvisação era uma característica marcante desse tipo de ensino, devido à falta de materiais didáticos, instalações apropriadas e horários definidos.

Com a implantação do regime republicano e com a chegada de novas práticas pedagógicas da Europa e dos Estados Unidos, os líderes políticos passaram a demonstrar uma maior preocupação em reestruturar o ensino primário brasileiro. Uma das principais inovações foi o surgimento dos grupos escolares.

Ao contrário das escolas isoladas, nos grupos escolares, o ensino era seriado, com uma professora para cada turma, horários das aulas pré-definidos, além de possuir um corpo administrativo. Os grupos também ocuparam os primeiros prédios construídos especificamente para o ensino primário. Com isso, os engenheiros, ao construir um prédio, passaram a preocupar-se em atender as premissas pedagógicas e higienistas.

É importante lembrar que uma das grandes preocupações desse período foi regenerar e civilizar a população. Era preciso substituir os “maus costumes e superstições” do povo brasileiro pelo civismo e pelas práticas que seriam inseridas no cotidiano da popu-

lação através da educação. Tais fatores, associados à busca pelo fortalecimento da identidade e diminuição do analfabetismo, justificam a relevância que o ensino primário teve nas primeiras décadas republicanas.

Quando os primeiros grupos escolares de Aracaju foram criados, na década de 1910, os intelectuais sergipanos do campo educacional estavam participando de conclave pedagógicos como o Terceiro Congresso de Instrução Pública Primária, através da representação de Helvécio de Andrade. Intercâmbios como esse eram muito importantes, por constituírem uma das principais formas de difusão de novas práticas pedagógicas.

O presidente de Sergipe, Siqueira de Menezes, contribuiu muito para o processo de modernização da capital sergipana, com obras de saneamento e iluminação elétrica. Ele construiu também novas escolas isoladas e o segundo grupo escolar, denominado Grupo Central, em 1914.

Economicamente, a década de 1910 foi marcada pela prosperidade sergipana, devido a altas cifras de exportação de cana-de-açúcar e algodão, em face da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto favorável, assumiu o governo estadual, pela segunda vez, o general Oliveira Valladão, do partido Republicano Conservador. Se o seu primeiro mandato foi marcado pela violência, o segundo caracterizou-se pelas obras e pela preocupação com o ensino público (WYNNE, 1971, p. 421). Entre as suas principais obras estão a conclusão da Ferrovia Timbó-Propriá e a criação de grupos e caixas escolares. A política educacional de Oliveira Valladão foi assim descrita por Araújo:

A instrução Pública foi sempre objeto de especial atenção e cuidados do presidente Oliveira Valladão. Para o seu desenvolvimento, não poupou esforços, patentes na remodelação de escolas, na construção de grupos escolares, na disseminação de escolas isoladas e no incremento à frequência escolar (ARAÚJO, 1967, p. 229).

Apesar da ênfase dada pelo historiador Acrísio Torres de Araújo ao desenvolvimento educacional sergipano no governo Valladão, é necessário fazer algu-

mas ressalvas. Como já foi exposto anteriormente, Sergipe estava passando por um período próspero no campo econômico e, mesmo assim, o governo só construiu três grupos em quatro anos de mandato.

No entanto, nesta assertiva, há um outro aspecto mais revelador, que é o fato de o autor ter empregado termos diferenciados ao se referir aos grupos e às escolas isoladas. Ele diz que o governo Valladão construiu grupos escolares e disseminou escolas isoladas. Tais afirmativas demonstram as finalidades dessas instituições, pois, enquanto os grupos escolares serviam de modelo para a forma ideal de ensino, eram nas escolas isoladas que se expandia o ensino, aumentando as cifras de matrícula e diminuindo a taxa de analfabetismo. Dessa forma, mesmo sendo criticadas e associadas ao Império, as escolas isoladas não só persistem no período republicano como também se expandem visando aumentar o número de alunos matriculados.

Sobre essa dualidade de sistema no ensino primário público, ainda é preciso frisar que, nos relatórios dos Presidentes do Estado, divulgam-se a pompa e a magnitude dos grupos e do seu ensino de qualidade. Ao se tratar das escolas isoladas, falava-se apenas na expansão do ensino público, com o aumento considerável do número total de alunos e não por escola. Mesmo havendo essa dualidade durante toda a primeira metade do século XX, são os grupos escolares os grandes ícones da propaganda republicana no campo educacional sergipano.

Além desse impulso à construção de novos grupos, o governo de Oliveira Valladão também se destacou devido à aprovação do novo regimento da instrução pública, que incentivava a redução do analfabetismo e a formação de grupos escolares. Para Maria Thetis Nunes, o novo regulamento foi importante, devido ao “estímulo que dava à criação de grupos escolares que, assim, iriam absorvendo as escolas isoladas” (NUNES, 1984, p. 225). O regulamento da instrução pública aprovado por Valladão oficializou uma medida que vinha sendo muito discutida pelas autoridades locais. Como os grupos escolares eram o modelo ideal de ensino público, existiam propostas de que houvesse a gradativa substituição das escolas isoladas pelos mesmos. No entanto, essa me-

dida não foi acatada, tendo em vista, que os grupos foram criados na região central da cidade, enquanto as escolas isoladas continuaram se proliferando nas regiões periféricas. Assim, os grupos escolares passaram a concentrar-se no centro de Aracaju, causando problemas como a redução da matrícula e impossibilitando o acesso de alunos da periferia.

A ampliação do número de instituições escolares pelo Estado era um fato encarado como sinal de elevação moral e intelectual da população. O que melhor representava o desenvolvimento educacional era o grupo escolar. Na busca pela consolidação do regime e da construção de uma memória nacional, ele passou a ser um dos símbolos da república. A partir dessa perspectiva, é possível compreender o destaque que os grupos tiveram nos discursos das autoridades sergipanas nas décadas de 1910 e 1920.

Foi nesse período que houve inúmeros embates entre as autoridades sergipanas em relação a melhor forma de expandir a construção dos grupos. Estes, no imaginário da época, eram vistos como a representação fiel de República. Isso era devido a algumas características implantadas nos grupos como a vigilância, a ordem, a solidez estrutural e, principalmente, a arquitetura imponente.

Os primeiros grupos escolares de Aracaju foram construídos com características monumentais, contrastando com a humildade das casas da maioria dos alunos. Isso causou muitas polêmicas entre educadores e políticos sergipanos, que perduraram até a década de 1930. Um dos principais motivos dessas discussões era o fato de que a construção de edifícios imponentes exigia uma verba considerável, impedindo a edificação de outras escolas. Isso dificultava a abertura de novas vagas para o ensino primário, prejudicando a luta contra o analfabetismo.

A construção de prédios mais modestos era defendida por muitos, pois seria o melhor meio para substituir as escolas isoladas por modernos grupos. Essa defesa também foi motivada pela difícil situação financeira do Estado no governo de Pereira Lobo, o que impedia construção de novas escolas. Um sinal dessa crise é que alguns grupos escolares que tiveram suas obras iniciadas entre os anos de 1917 e 1918 só foram inaugurados em 1923, durante o governo de Graccho

Cardoso, como é o caso dos grupos “Gumersindo Bessa”, em Estância, e o “Olympio Campos” em Vila Nova (atual Neópolis).

Apesar das dificuldades econômicas e das críticas, os grupos continuaram a ser construídos com aspectos grandiosos até a década de 1930. A imponência arquitetônica, além de demonstrar que o prédio era público, representava a higiene, a civilização e o rigor do ensino, baseando-se nos mais modernos métodos pedagógicos.

A relevância dada aos grupos escolares começou a declinar já na década de 30 do século XX. Naquele período, foram construídas algumas dessas instituições nas principais cidades do interior do Estado, mas a ênfase começou a apontar na direção da necessidade de ampliar o ensino rural. Essa era uma estratégia para evitar o crescente êxodo rural, mantendo a população no campo. A expansão das escolas rurais se consolidou no final da década de 40, com o apoio do Governo Federal.

Na oportunidade, o ensino nos grupos escolares enfrentava inúmeras dificuldades. Os principais empecilhos eram devido à escassez de recursos didáticos, o que impedia a aplicação dos novos procedimentos pedagógicos. Além disso, o excessivo número de pedidos de licenças, por parte das professoras, acabava deixando uma elevada parte dos alunos sem aulas. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, nos dez primeiros meses de 1931, foram solicitadas 78 licenças, o que era correspondente a quase um terço do professorado sergipano, de 255 professores.

O mais grave é que essa situação se registrava desde a década de 10 e não parecia haver uma solução plausível. A situação de calamidade da educação sergipana na década de 20 foi registrada pela historiografia. No entanto, essa historiografia aponta como principal causa de tal crise a ineficiência do corpo docente: “É lamentável dizer que as maiores dificuldades ao progresso da instrução pública eram criadas pela má vontade da parte das professoras do ensino primário” (ARAÚJO, 1967, p. 231).

Afirmativas como estas mostram claramente a visão do Estado a respeito do problema educacional sergipano. Para se compreender a verdadeira situação do ensino público, é preciso buscar as possíveis

causas na documentação oficial. As fontes mostram outros agentes causadores da deficiência na instrução. Isso porque, os mesmos republicanos que se vangloriavam em importar materiais didáticos dos Estados Unidos, para os grupos escolares, abandonavam os alunos das escolas isoladas e rurais, que ficavam expostos a péssimas condições de ensino. Esta situação perdurou por toda a primeira metade do século XX, como fica evidente na mensagem do governador José Rollemberg Leite, em 1951, quando este diz que “o problema de equipamento escolar era desolador em Sergipe. No começo do meu Governo havia 166 escolas primárias sem mobiliário e as crianças escreveriam de joelhos” (LEITE, 1951, p. 72).

Esta situação descrita pelo governador José Rollemberg Leite mostra que o quadro educacional sergipano era realmente desolador. Tal calamidade foi denunciada em diversos momentos, demonstrando que o problema perdura desde o início do período republicano. Apesar dos esforços e, principalmente, da propaganda, os republicanos de Sergipe continuaram em dívida com a população na luta pelo fim do analfabetismo, ou seja, na luta pela democracia plena. No entanto, ainda havia outros elementos que dificultavam o exercício do magistério primário neste período. Um deles era a disparidade salarial entre os professores da capital e do interior, o que fez aumentar consideravelmente o número de pedidos de transferência dos professores da zona rural para Aracaju. Além disso, ainda havia as inconveniências do desconforto como também “os pavores e perigos do banditismo” (CARVALHO, 1936, p. 40). Com isso, fica evidente que as causas dos empecilhos à educação sergipana não podem ser vistas de forma unilateral. Antes do mais, é preciso averiguar outras possibilidades, que muitas vezes encontram-se camufladas no interior dos discursos oficiais. Cabe ao historiador a missão de certificar-se dos discursos silenciados, ou simplesmente secundarizados para que assim se torne possível reconstruir um panorama mais próximo possível do passado vivido.

Notas

Pronunciamento de Oliveira Valladão na inauguração do Grupo Barão de Maroim no dia 08/07/1917. Correio de Aracaju, 10/07/1917, nº 2083.

Pronunciamento do engenheiro Firmo Freire na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim no dia 08 de julho de 1917. Correio de Aracaju, 10/07/1917, nº2083.

Pronunciamento do general Oliveira Valladão na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim no dia 08 de julho de 1917. Estado de Sergipe, 10/07/1917, nº 5229.

Relatório da Diretoria Geral da Instrução Publica e Normal pelo Dr. Helvécio de Andrade.

Referências

ARAÚJO, Acrísio Torres. **História de Sergipe**. 2a 00. Aracaju, 1967.

AZEVEDO Fernando de. **A transmissão da Cultura**: 3ª parte de A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos Majestosos Templos da Sabedoria**: a implantação dos grupos escolares em Aracaju. São Cristóvão. 2003. 146 f. Monografia (Graduação em História) DHI/CECH/UFS.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**: leitura na Escola de Assis. 1920-1950. São Paulo: UNESP, 2001.

BONTEMPI JR, Bruno. **História da educação brasileira**: o terreno do consenso. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP.

- BRANDÃO, Zaia. **A Intelligentsia educacional** - um percurso com Paschoal Lemme, por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista: IFAN-CDAPHJ/EDUSF, 1999.
- CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. **“Coisas Velhas”**: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ /Relume-Dumá, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CORRÊA, Roselaine Casa nova. “Sinais, imagens e símbolos: a construção do mito na república brasileira”. In: **Revista Sociais e humanas**. Vol. 13, nº 01. Santa Maria-RS: UFSM, 2000. p. 117-121.
- CRUZ, Maria Madalena da Silva. **A trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918 -1945)**. Propriá. 2002. 47 f Monografia (Graduação em História) PQD II/DHI/CECH/UFS.
- CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Corte/Autores Associados. 1981.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX”. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 4. São Cristóvão, NPGED/UFS, 2002. p. 45-65.
- GANDINI, Raquel. **Intelectuais, Estado e Educação**: revista brasileira de estudos pedagógicos. 1944-1952. Campinas.
- GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Rio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica, 1925.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.
- MIMESSE, Eliane. **A Educação e os Imigrantes Italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. Aracaju: FAP-SE, 2003.
- NUNES, Clarisse. “Anísio Teixeira: a luta pela escola primária pública no país”. In: MENEZES, Maria Cristina (org). Anísio Teixeira. 1900-2000. **Provocações em Educação**. Campinas; Autores Associados; Bragança Paulista-SP: Universidade São Francisco, 2000. p. 107-127.
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1984.
- SANTOS, Fábio Alves dos. **Olhares de Clio sobre o universo educacional**: um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS -1996-2002. São Cristóvão: GEPHE/NPGED, 2003.
- SOUZA, Rosa Fátima de. “Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória (aproximações históricas)”. In: **Tessituras do Imaginário**: cultura e educação. Cuiabá: Edunic/CICEIFEUSP, 2000, p. 173-183.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as aventu-**

ras e desventuras do Criador e da Criatura. São Paulo, 1995, 173 f. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação).

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Perfil Histórico e Antropológico do Desenvolvimento Urbano de Aracaju. 1855-2000:** a educação da mulher e a Escola Normal em Aracaju. 1887-1930. São Cristóvão, 2002. 30 f. Relatório de Pesquisa (Iniciação científica). PIBIC/CNPq-UFS.

VEIGA, Cynthia Greive. “Educação Estética para o povo”. In: LOPES, Eliane Teixeira; TEIXEIRA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Escola Nova e o Processo Educativo”. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano & VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

WYNNE, José Pires. **História de Sergipe.** 1575-1930. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971, p. 421.

Fontes

Correio de Aracaju, 10/07/1917, nº 2083.

Estado de Sergipe, 08/07/1917, nº 5227.

Mensagem apresentada pelo Governador de Sergipe José Rollemberg Leite (1947-1951) na Assembléia Legislativa em 1951. APES. Diversos Sergipe, Mensagens, Cx. 08, doc.04, nº 3264, p.72.

Mensagem do Interventor de Sergipe Eronides Ferreira de Carvalho a Assembléia Legislativa no dia 07 de setembro e 1936. APES Diversos Sergipe, Mensagens, cx. 07, doc. 01, nº 3259, p. 40.

Pronunciamento de Firmo Freire na inauguração do Grupo Barão de Maroim no dia 08/07/1917. Correio de Aracaju, 10/07/1917, nº 2083.

Pronunciamento de Oliveira Valladão na inauguração do Grupo Barão de Maroim no dia 08/07/1917. Correio de Aracaju, 10/07/1917, nº 2083.

Pronunciamento do engenheiro Firmo Freire na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim no dia 08 de julho de 1917. Correio de Aracaju, 10/07/1917, nº 2083.

Pronunciamento do general Oliveira Valladão na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim no dia 08 de julho de 1917. Estado de Sergipe, 10/07/1917, nº 5229.

Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública e Normal pelo Dr. Helvécio de Andrade.

Sobre o Autor:

Magno Francisco de Jesus Santos é licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Aluno do Mestrado em Educação NPGED/UFS, orientado pelo prof.º Dr. Miguel André Berger. cajaibasergipe@yahoo.com.br.